

// Miranda do Douro

Autarca socialista “estupefacto” com exclusão de prolongamento do IC-5 do PRR

O presidente da Câmara de Miranda Douro, Artur Nunes, garante que ficou “estupefacto” com a exclusão, do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal (PRR), do prolongamento do IC-5 até aquela sede de concelho. “Fiquei estupefacto com a exclusão do IC-5 do PRR, porque este prolongamento estava previsto há mais de três anos, prometendo a conclusão dos últimos cinco quilómetros desta rodovia entre Duas Igrejas e Miranda do Douro”, explicou o autarca socialista de Miranda do Douro, no distrito de Bragança. Segundo o também presidente da Comunidade Intermunicipal (CIM) Terras de Trás-os-Montes, o prolongamento do IC-5 está inscrito no Plano Nacional de Investimentos e no Plano de Desenvolvimento Transfronteiriço.

Esta rodovia é tida como estruturante, e faz a ligação à Autoestrada Transmontana, junto o Pópulo, no concelho de Murça, distrito de Vila Real.

“Trata-se com um projeto com maturidade suficiente para fazer parte do PRR, porque desde o início da construção do IC-5 que este



● IC5

prolongamento é reivindicado junto dos sucessivos governos”, venceu o autarca transmontano.

Artur Nunes questiona o que mudou desde 2020, quando o prolongamento da IC-5 foi inscrito em vários planos de desenvolvimento para o interior.

“Quando se elaboram planos para combater o despovoamento, quando se elaboram planos para o desenvolvimento do interior ou se pretende retirar do isolamento as regiões de fronteira, não faz sentido a exclusão desta

pretensão”, venceu.

Artur Nunes admite mesmo que “há má vontade do Governo” em fazer o prolongamento do IC-5 até Miranda do Douro.

O presidente da CIM transmontana recorda que, na última Cimeira Ibérica, um grupo de trabalho construído por espanhóis assumiu também o prolongamento do IC-5 de Miranda do Douro para Espanha. “Tudo isto é uma desconsideração para com Miranda do Douro e os povos transfronteiriços, nesta região do interior península”, concretizou Artur Nunes.

O Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal, para aceder às verbas comunitárias pós-crise da covid-19, prevê 36 reformas e 77 investimentos nas áreas sociais, clima e digitalização, num total de 13,9 mil milhões de euros em subvenções.

Depois de um rascunho apresentado à Comissão Europeia em outubro passado e de um processo de conversações com Bruxelas, o Governo português colocou hoje a versão preliminar e resumida do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em consulta pú-

blica, no qual estipula “19 componentes, que integram por sua vez 36 reformas e 77 investimentos”.

O executivo justifica que, “com base no diagnóstico de necessidades e dos desafios”, foram definidas três “dimensões estruturantes” de aposta - a da resiliência, da transição climática e da transição digital -, às quais serão alocados 13,9 mil milhões de euros em subvenções a fundo perdido das verbas europeias pós-crise.

No documento, estão também previstos 2,7 mil milhões de euros em empréstimos, mas fonte do executivo garante que “ainda não está assegurado” que Portugal irá recorrer a esta vertente do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o principal instrumento do novo Fundo de Recuperação da União Europeia.

Previsto está que a maior fatia (61%) das verbas do PRR se destine à área da resiliência, num total de 8,5 mil milhões de euros em subvenções e de 2,4 mil milhões de euros em empréstimos.

■ Francisco Pinto

PUB:



2021PORTUGAL.EU

Europa Verde

Tópico da agenda da Presidência Portuguesa da União Europeia 2021

Para dar continuidade à edição da semana passada, nesta edição falaremos de um outro tópico da agenda da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia para 2021 - uma **Europa Verde** - em que se pretende promover a UE como líder na ação climática.

A UE quer assumir-se como líder mundial na ação climática, incrementando a capacidade de adaptação aos efeitos das alterações climáticas e promovendo as vantagens competitivas de um modelo económico descarbonizado e resiliente.

Dentro do tópico da União Europeia **Europa Verde** será dado particular destaque aos seguintes aspectos:

- Implementação do Pacto Ecológico Europeu, tendo em vista uma recuperação económica sustentável (todos os esforços serão feitos para transformar a Europa no primeiro continente neutro em termos de carbono até 2050, objetivo da Lei Europeia do Clima);
- Incentivo à conceção e utilização de instrumentos financeiros que promovam a implementação de investimentos públicos e privados, tirando todo o partido das possibilidades oferecidas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI);
- Seguimento dos vários instrumentos europeus de orientação para a ação climática, nomeadamente, a Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, as iniciativas que integram o Plano de Ação para a Economia Circular, a Estratégia para os Produtos Químicos e a Estratégia da UE para as Florestas;
- Promoção da inovação, da digitalização e da gestão sustentável dos recursos naturais do mundo rural e com prioridade para a continuação das negociações

da reforma da política agrícola comum;

- Valorização da preservação e do uso sustentável dos recursos dos oceanos e mares, organizando uma Conferência de Alto Nível sobre Oceanos Sustentáveis, em junho, nos Açores (com destaque para o desenvolvimento da economia azul, a política marítima integrada e a implementação da política comum das pescas).

No Plano de Recuperação e Resiliência (PRR português) que está em consulta pública até 1 de março de 2021, relativamente à promoção da uma Europa Verde (que concentra 21% do montante global do PRR) o governo português propõe:

- Contribuir para a redução das emissões de CO2 em 55% até 2030, em linha com o Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030) e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica;
- Apoiar intensivamente a renovação de edifícios residenciais, públicos e de serviços;
- Apoiar a aquisição de frotas de transportes públicos limpos (rodoviários - 325 autocarros e fluviais - 4 navios) e respetivos postos de carregamento/ abastecimento;
- Atribuir 100 mil cheques para apoiar soluções energéticas eficientes a famílias em situação de pobreza energética.

Nos próximos meses de março e abril, em Lisboa, a Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia organizará também uma Conferência sobre Alterações Climáticas e uma Conferência sobre o Hidrogénio Verde (proveniente de energias renováveis) na Transição Energética.



Campus de Santa Apolónia | 5300-253 Bragança
Tel. 273 303 282
E-mail: ciedbraganca@ipb.pt
Web: <http://www.ciedbraganca.ipb.pt>

// Alfândega da Fé

Câmara alargou Programa de Apoio ao setor Empresarial Local

O Município de Alfândega da Fé lançou a segunda edição do Programa de Apoio ao setor Empresarial Local para ajudar o tecido económico do concelho mais afetado pelas restrições impostas no âmbito da pandemia. O objetivo é minimizar os impactos económico-financeiros resultantes da situação epidemiológica do coronavírus e ajudar o setor empresarial local a ultrapassar esta crise.

Depois da primeira edição em maio, a autarquia apostou desta vez em “medidas mais musculadas” alargando a ajuda a outros setores de atividade e prevendo apoios para os empresários em nome individual que não estão a ser contemplados nas medidas lança-



das pelo Governo.

Este programa prevê uma discriminação positiva para as empresas mais afetadas e ainda a comparticipação das rendas ou empréstimos bancários de espaços comerciais.

PUB:

ESTÁS À PROCURA DE EMPREGO?

RE/MAX URBIS

AGARRA A OPORTUNIDADE, continuamos a RECRUTAR, procuramos colaboradores para todo o distrito de Bragança

TEMOS VAGA PARA TI:
919 541 810 | 273 242 020
urbis.rh@remax.pt